

A instituição do Sínodo dos Bispos

Retrospectiva e prospectiva *

Cardeal Aloísio Lorscheider O.F.M.

Não é fácil dar conta, de forma cabal e objetiva, da influência da instituição sinodal na Igreja e no Continente Latino-Americano nesses 25 anos de sua existência. Sem dúvida seria preciso pesquisar mais profundamente. Minhas observações serão necessariamente um tanto superficiais.

Agradeço às Conferências Episcopais, aos diversos grupos e aos Bispos que deram sua colaboração fraterna para a redação deste trabalho.

Poder-se-iam adotar diversos modos de proceder. Uma primeira alternativa seria proceder de modo mais sistemático. Partindo dos fins gerais e específicos propostos para o Sínodo pelo *Motu Proprio Apostolica Sollicitudo*, examinar se se conseguiu alcançá-los nesses 25 anos. Uma segunda alternativa procederia de modo mais histórico, investigando cada Sínodo, um após outro, desde 1967 até hoje, para verificar como os temas foram tratados e que influência exerceram sobre a vida da Igreja e mesmo do mundo; ou ainda considerando cada Sínodo nas suas fases de preparação, realização e execução.

Como cada método teria sua utilidade, teremos presentes todos eles, ordenando a matéria sob três aspectos: a preparação, a realização, a execução.

* A Secretaria do Sínodo dos Bispos incumbiu um cardeal de cada Continente de fazer um balanço dessa instituição, a partir da experiência de seus 25 anos de funcionamento. Coube a Dom Aloísio Lorscheider a tarefa desse balanço na perspectiva das Américas. O Sínodo dos Bispos foi criado por Paulo VI com o *Motu Proprio Apostolica Sollicitudo*, datado de 15 de setembro de 1965. (NdA).

Por fim proporemos algumas sugestões dadas por Bispos sobre a natureza da instituição sinodal, os temas tratados, a duração dos Sínodos, o espaço de tempo entre os Sínodos e outras questões que possam levar a um aperfeiçoamento do processo sinodal.

1. A preparação dos Sínodos

O período que mais se salienta nos Sínodos é o período preparatório. É o tempo de maior trabalho e movimentação, difundindo o Documento Preparatório (*Lineamenta*), respondendo às questões nele propostas, reunindo os Bispos nas Conferências Episcopais para que estudem o tema do Sínodo, elegendo os delegados, organizando a infra-estrutura teológica, pastoral e de comunicação.

Em algumas regiões, o próprio povo cristão toma conhecimento do Documento Preparatório e é estimulado a envolver-se no processo sinodal, dando sua opinião sobre o tema do Sínodo para que os Bispos possam levá-la em consideração.

2. A realização dos Sínodos

É positivo no modo de proceder nos Sínodos o que diz respeito às intervenções iniciais nos primeiros dias do encontro. Consideram-se muito ricas essas intervenções, por oferecerem um panorama da vida da Igreja. Julga-se ser quase a melhor parte de todo o Sínodo.

Ao lado dessa discussão na aula sinodal, julgam-se também ótimas as reuniões em grupos menores. Por usarem aí a própria língua, todos sentem que podem exprimir melhor seus pontos de vista e seu modo de viver a problemática em pauta. O resultado dos grupos menores, com relatórios bem elaborados, constitui um ótimo serviço aos Padres sinodais.

Outro ponto positivo são os momentos de oração em comum na aula sinodal, as celebrações litúrgicas durante o Sínodo e outras paraliturgias que acontecem em determinadas circunstâncias. Só se lamenta que esses momentos de oração sejam muito poucos; as celebrações poderiam ser mais numerosas.

A decepção e a frustração começa ao formularem-se as proposições. Muitos Bispos que tomaram parte nos Sínodos passados expressam sua impressão de falta de seriedade, opinando que as proposições nem sempre reproduzem fielmente o que foi dito, principalmente quando se referem a questões ainda discutidas na Igreja ou quando afetam certas sensibilidades mais aguçadas. Muitos Bispos afirmam não mais se reconhecerem nas proposições que, depois da discussão, unificadas pelos relatores, são finalmente apresentadas na aula sinodal. Falam de um "curto-circuito". Neste momento começa para muitos Bispos a verdadeira frustração do Sínodo.

Outra frustração vem do serviço de comunicação ou informação sobre o Sínodo. Julga-se que esse serviço de notícias sobre o que acontece no Sínodo é muito insuficiente. O que se informa não só é pouco, mas, sobretudo, não oferece uma imagem verdadeira do Sínodo e chegam tarde demais àqueles a quem verdadeiramente interessa, o povo cristão e a própria opinião pública. É preciso melhorar a divulgação do que se trata no Sínodo, tendo em vista sua grande importância, pois só se pode viver o Sínodo nas Igrejas particulares ou locais espalhadas pelo mundo se houver boa divulgação. Esta questão, segundo muitos Bispos, deveria ser bem estudada e muito seriamente, pois, caso contrário, a resposta dos meios de comunicação será silenciar sobre o Sínodo, como mostra a experiência.

A permanência em Roma por um mês, permitindo contatos com Bispos de todo o mundo, é um fato muito positivo. É uma experiência de comunhão com o Papa e com outros irmãos de episcopado que certamente é digna de menção. Por esta razão, sempre que possível, as Conferências deveriam eleger novos delegados que ainda não participaram de Sínodo. Esse contato enriquece os Bispos, dando-lhes a possibilidade de entender melhor as várias culturas. A mesma fé pode ser pensada e vivida em diferentes expressões culturais. Além disso, esse contato com Bispos de outras nações dá ocasião a que se examinem e discutam abertamente outras questões que as que o Sínodo propõe. Esse estudo, com a discussão que o acompanha, tem sem dúvida grande validade para a toda a vida da Igreja.

3. O período pós-sinodal

Realizado o Sínodo, os Bispos voltam para casa e o Sínodo pouco a pouco se esvai. O espaço de tempo entre dois Sínodos é demasiado breve para que um Sínodo possa de algum modo ser traduzido na prática. Pois quando o documento do Papa é tornado público, já se está preparando o Sínodo seguinte. Já se tem em mãos o Documento Preparatório do novo Sínodo. E assim começa o seguinte Sínodo, quando o anterior ainda nem pôde ser bem assimilado nem foi possível preparar uma estratégia para levar à prática pastoral o Sínodo recém-concluído. O documento do Papa coincide praticamente com o Documento Preparatório do seguinte Sínodo. Que se faz então? Embora se tente com muito esforço que tais documentos de tanta importância, contendo matéria tão excelente, adquiram força, acabam caindo no esquecimento, quer se queira quer não.

4. Os Sínodos de maior repercussão

O Sínodo que por muitos é julgado da maior importância por seus efeitos pastorais, foi o de 1971, na parte que tratou da *Justiça no Mundo*. O documento emitido por aquele Sínodo, publicado por Paulo VI através do Secretário de

Estado, Cardeal Villot, embora não muito longo, promoveu muitíssimas ações em prol da justiça no mundo. Mereceu a maior atenção a afirmação inicial posta na Introdução:

"A ação pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem-nos claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, que o mesmo é dizer, da missão da Igreja, em prol da redenção e da libertação do gênero humano de todas as situações opressivas"¹.

A todos os que abraçaram a nobre luta pela justiça, esta afirmação ajudou muito na realização da justiça em todo campo de atividades dos cristãos.

Outro Sínodo que até hoje espalha seus frutos pelo mundo foi o de 1974, que concluiu sem que se encontrasse consenso na elaboração de um documento que oferecesse a todos a riqueza daquele conclave. Pela primeira vez empregou-se então o costume que perdura até hoje: os Padres sinodais preferiram "oferecer com toda confiança e simplicidade o fruto integral deste intercâmbio ao Sumo Pontífice, e esperar dele novos impulsos"². De fato, vieram novos impulsos e foi publicada no dia 8 de dezembro de 1975 a *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi sobre a Evangelização no Mundo de Hoje*. Essa exortação até hoje inspira toda a obra de evangelização e foi a base da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada de 29 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, em Puebla, no México, com a presença do Papa João Paulo II no início dos trabalhos. Esta Conferência publicou o documento sobre *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina*.

O Sínodo que menor influência exerceu foi o que tratou da *reconciliação e penitência na missão da Igreja*. Parece que não se entendeu bem sua importância, pois interessava a todos receber linhas diretivas sobre o modo de agir num mundo cheio de conflitos, no qual a penitência, principalmente em seu aspecto sacramental, constituiria o ponto culminante da missão da Igreja na obra de reconciliação de todo o gênero humano. Em vez disso, a atenção foi dirigida à necessidade da confissão auricular que decrescia em uso e frequência em muitas regiões do mundo. Ademais, não deu nenhuma resposta às dificuldades existentes sobre a interpretação correta das afirmações do Concílio de Trento sobre o direito divino no tocante à confissão auricular e à confissão dos pecados mortais segundo número e espécie.

5. Juízo global e sugestões

5.1 O Sínodo constituiu-se num dos programas mais eficazes dentre os que se puseram em prática depois do Concílio Ecumênico Vaticano II. Conservou vivo o espírito e o propósito do Concílio. Não permitiu que o Vaticano II

¹ "A justiça no mundo". SEDOC 4 (1971/72) 812.

² "Declaração Final dos Padres Sinodais", n. 3. REB 34 (1974) 937.

se convertesse em algo estático. Alimentou sempre de novo o dinamismo do Concílio. Frequentemente deu azo a que a teologia do Vaticano II fosse aplicada com grande fruto nos diversos campos pastorais de grande importância para a vida da Igreja.

Os Sinodos ajudaram a Igreja a discernir as novas interpelações e situações que surgiram depois do Vaticano II e a dar-lhes resposta. As circunstâncias econômicas, políticas, sociais e mesmo religiosas mudam atualmente em ritmo aceleradíssimo, deixando-nos perplexos.

5.2 Uma questão que produz angústia em muitos e que volta muitas vezes diz respeito à própria natureza do Sínodo. O que é de fato um Sínodo? Esses encontros que se realizam a cada três anos são verdadeiros Sinodos ou são apenas reuniões eclesiais, plenários ampliados dos Dicastérios Romanos que se convocam com frequência para tratar mais profundamente determinados temas eclesiais e receber elementos para poderem, com a aprovação do Papa, indicar o caminho devido? Há reuniões de consulta que não parecem diferir essencialmente da realização dos Sinodos como vem acontecendo até agora nesses 25 anos. Essa questão surge quando se ouve o testemunho de muitos Bispos que desejariam que o Sínodo assumisse índole deliberativa. Na opinião de muitos o Sínodo deveria ser um ato colegial entre dois Concílios Ecumênicos. O Sínodo dos Bispos, nesse modo de ver, seria a participação íntima e contínua de delegados do Colégio Episcopal no ministério da solicitude pela Igreja universal, juntamente com Pedro e sob Pedro. Muitos Bispos parecem conceber assim a questão. Por isso desejariam que, a seu tempo, esse assunto fosse submetido a um exame mais profundo, tendo em vista as freqüentes mudanças a que está submetido o mundo de hoje. As mudanças são tais que não se vê facilmente como o Papa, com a Cúria Romana — seu instrumento, aliás, válido para o governo da Igreja universal —, possa abranger bem todas as questões que vão surgindo. A idéia subjacente é a de que o Sínodo é um prolongamento do Concílio. Quem lê o início do *Motu Proprio Apostolica Sollicitudo* tem a impressão de que Paulo VI pensava assim quando instituiu o Sínodo. Ele afirma:

“O Concílio Ecumênico constituiu-se mesmo a causa da decisão de instituir um conselho especial e estável de antístites com o fito de, mesmo após o Concílio, fazer chegar ao povo cristão os abundantes benefícios felizmente resultantes de Nossa íntima união com os Bispos durante o Concílio”³.

Trata-se, portanto, da própria natureza do Sínodo e do modo mais eficaz de exercer o ministério da evangelização no mundo de hoje.

5.3 Outra questão posta por alguns Bispos diz respeito à possibilidade de haver maior representação de fiéis no Sínodo. Questão digna de atenção e debate, se se considera a caminhada social da Igreja no mundo de hoje.

5.4 Ninguém duvida que deve prosseguir o processo sinodal; contudo deve melhorar-se o modo de proceder das reuniões sinodais. Alguns propõem

³ “*Motu Proprio Apostolica Sollicitudo*”. *REB* 26 (1966) 140.

que o Conselho da Secretaria Geral do Sínodo continue existindo também durante o Sínodo, pois os membros do Conselho são os que melhor e mais profundamente conhecem o tema do Sínodo e sua dinâmica. Em vez disso, agora entram uma presidência, um relator e um secretário especial que estiveram alheios a todo o processo de preparação e de repente assumem no Sínodo papel da maior importância. Além disso alguns julgam que os temas discutidos no Sínodo são de tal magnitude que não se podem restringir ao documento sinodal. Seria necessário promover um processo de continuidade. Dever-se-iam tornar intensos os contatos entre o Conselho da Secretaria Geral do Sínodo e as Conferências Episcopais.

5.5 O Sínodo despertava a esperança de poder tornar-se uma nova e vital estrutura eclesial junto ao Papa, que respondesse a uma visão mais plenamente católica, tão necessária para nosso tempo. Chegou o tempo de revirem-se as finalidades do Sínodo e propor-se novamente a questão fundamental: que trouxeram tais reuniões para o Papa e para os Bispos no momento em que a Igreja procura ir ao encontro das questões vitais que se põe o mundo de nosso tempo, e dar-lhes resposta?

Seria possível um Sínodo permanente que se reunisse a cada ano? Tal Sínodo seria constituído pelos presidentes das Conferências Episcopais e por outros Bispos eleitos em razão dos temas a serem discutidos. Poderia até substituir as reuniões plenárias dos Discalórios da Cúria Romana. Assim o Papa e, com ele, a Igreja dispersa pelo mundo teriam sempre diante de si a pluralidade de culturas, de forma que a Igreja se sentisse concretamente mais católica e como tal atuasse.

Este Sínodo poderia ser dividido em vários subsínodos que poderiam estudar os problemas que dissessem respeito a diferentes regiões, de forma que Roma se tornasse um centro onde se explicitassem as questões pluriculturais que hoje exigem posicionamento da Igreja e do mundo.

8.6 Percebe-se a tendência a fomentar mais o diálogo entre a Igreja e o mundo. Nestes últimos anos, os Sínodos praticamente só trataram de problemas intra-ecclesiais. O mundo tem necessidade de ouvir a voz e a opinião da Igreja sobre tantas questões e interpelações que enchem a todos de angústia e perplexidade. O mundo deseja sentir a Igreja como seu fermento, seu sal, sua luz. Interessa muito ao mundo de nosso tempo uma visão católica sobre as coisas, os acontecimentos e as pessoas. Mas os últimos Sínodos se fecharam de certa forma na vida interna da Igreja e não deram mais respostas às realidades pluriformes do mundo.

5.7 Para muitos não é suficiente realizar um Sínodo periodicamente, a cada dois ou três anos. Seria necessário dar início a um processo de tipo sinodal com as seguintes etapas:

- proposta de um tema por parte de Roma;
- reações ao tema provenientes das comunidades e Igrejas particulares;

- sessão sinodal em Roma e formulação de uma lista de proposições;
- retorno das proposições às dioceses e comunidades;
- segunda sessão em Roma para chegar às conclusões.

5.8 Outros põem ainda a questão do tempo dedicado à realização do Sínodo. Só um mês parece insuficiente, como o mostra a experiência. Seria preciso pelo menos mês e meio ou seis semanas. Por outro lado, se continuarmos com os Sínodos no estilo dos realizados até agora, seria necessário maior espaço de tempo entre os Sínodos. Um intervalo de cinco anos pareceria então uma espaço de tempo mais apto do que três anos.

*

Por fim não se deve esquecer, na minha opinião, uma menção especial ao Eminentíssimo Cardeal Ladislau Rubin que, com grande paciência, prudência e habilidade, levou o principal peso e a carga dos trabalhos sinodais. A instituição sinodal deve muito a ele, pois, com suavidade e energia, quando ninguém podia ainda saber como se devia conduzir um Sínodo, ele o fez de forma tranqüila e serena, aperfeiçoando a instituição sinodal de Sínodo para Sínodo. A ele nossa maior gratidão. E juntamente com ele, a seus primeiros e incansáveis colaboradores.

(Tradução do original latino por Francisco Taborda S.J.)

Cardeal Aloísio Lorscheider O.F.M. é doutor em Teologia. Foi professor do Pontifício Ateneu "Antonianum", de Roma. Foi Bispo de Santo Ângelo, RS, e desde 1973 é arcebispo de Fortaleza, CE. Criado cardeal em 1976. Foi Presidente do CELAM e da CNBB. É o presidente da Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB.

Endereço: Rua Senador Almindo, 310 — 60060 **Fortaleza** — CE